

TREVO BANORTE SEGUROS

Grupo Caixa Geral de Depósitos

Trevo Banorte Seguradora SA

CNPJ nº 33.057.423/0001-05

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Trevo Banorte Seguradora S.A., relativas ao 1º semestre de 2000.

Desempenho Operacional

Resultado e Patrimônio Líquido
O lucro líquido foi de R\$ 1.724 mil, o que corresponde a um retorno no semestre de 4,38% sobre o patrimônio líquido final de R\$ 39.337 mil.

Produção de Seguros

Os prêmios emitidos líquidos no semestre atingiram o montante de R\$ 50.381 mil, apresentando um crescimento de 9,68% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Sinistros

Os sinistros retidos totalizaram R\$ 33.099 mil (R\$ 34.886 mil em 1999). O índice de sinistralidade em relação ao prêmio ganho foi de 69,11% contra 66,88% em 1999. Objetivando o aperfeiçoamento dos processos de aceitação de riscos e de regulação de sinistros, foi

dada continuidade à revisão dos mesmos. Foram reavaliadas as empresas prestadoras de serviços atuando neste âmbito e incrementou-se o processo de reavaliação. Estas e outras medidas em curso, deverão ter mais reflexo nos resultados do segundo semestre.

Despesas Administrativas

Atingiram R\$ 8.120 mil no semestre, com redução de 16,73% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Despesas de Comercialização

As despesas de comercialização totalizaram R\$ 9.698 mil (R\$ 13.195 mil em 1999), representando um índice de 20,25% em relação ao prêmio ganho, contra 25,30% em 1999.

Evento Subseqüente

Em 03 de julho de 2000 a Caixa Geral de Depósitos S.A., acionista majoritário do Banco Bandeirantes S.A., e a Unibanco Holdings S.A. e o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., assinaram uma Carta de Intenções visando uma associação no mercado brasileiro. Esta associação compreenderá a integração no Unibanco da participação detida pela Caixa

Geral de Depósitos no Banco Bandeirantes S.A. e empresas subsidiárias, incluindo a Trevo Banorte Seguradora S.A. Em decorrência deste acordo, a Caixa Geral de Depósitos adquire uma posição acionária do grupo Unibanco.

O objetivo desta aliança estratégica é a estreita cooperação entre a Caixa Geral de Depósitos e o Unibanco no apoio a empresas portuguesas com interesse no Brasil e brasileiras com interesse em Portugal, unindo assim esforços e recursos para dar continuidade à estratégia de crescimento permanente e constante expansão das suas bases de clientes.

A conclusão desta operação está condicionada à autorização dos órgãos e autoridades competentes.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos Senhores Acionistas, Clientes e Corretores, pela confiança e apoio dispensado. Aos funcionários e colaboradores, expressamos nosso reconhecimento pelo empenho e pelo resultado alcançado.

Recife, 22 de agosto de 2000
A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2000 E 1999 (Em milhares de reais)

	2000	1999		2000	1999
A TIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	99.944	96.226	PROVISÕES TÉCNICAS NÃO COMPROMETIDAS	39.344	46.496
Disponível	639	178	Provisões de prêmios não ganhos	38.351	45.514
Caixa e bancos	639	178	Provisões de riscos decorridos	266	259
Aplicações	55.063	50.120	Provisões matemáticas	594	581
Títulos de renda fixa - privados	7.504	207	Outras provisões	133	142
Títulos de renda fixa - públicos	46.952	44.614	CIRCULANTE	31.984	23.965
Outras aplicações	631	5.299	Provisões comprometidas	20.442	13.564
(-) Provisão para desvalorização	(24)	-	Sinistros a liquidar	14.654	11.880
Créditos de operações com seguros	21.863	17.650	Benefícios a liquidar	360	366
Prêmios emitidos	17.591	14.163	Provisão para sinistros ocorridos e não avisados – IBNR	5.428	1.318
Seguradoras	492	749	Débitos de operações com seguros	3.821	3.188
IRB - Brasil Resseguros S.A.	735	230	Seguradoras	-	4
Outros créditos	3.914	3.099	IRB - Brasil Resseguros S.A.	344	466
(-) Provisão para créditos duvidosos	(869)	(591)	Comissões sobre prêmios emitidos	3.399	2.706
Títulos e créditos a receber	8.789	7.796	Outros débitos	78	12
Títulos e créditos	393	964	Débitos diversos a pagar	4.623	4.952
Créditos tributários	8.396	6.832	Obrigações a pagar	2.635	3.374
Outros valores e bens	2.911	2.028	Impostos e encargos sociais a recolher	1.563	1.080
Despesas operacionais antecipadas	895	-	Provisões trabalhistas	425	498
Despesas de comercialização diferidas	9.784	18.454	Provisões para tributos	2.675	1.352
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.670	5.454	Imposto de Renda	2.049	1.015
Aplicações	4.042	3.826	Contribuição Social	372	-
Depósitos especiais no IRB	48	789	Outros	254	337
Depósitos judiciais	3.994	3.037	Depósitos de terceiros	423	909
Títulos e créditos a receber	1.628	1.628	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.111	4.369
Outros créditos a receber	1.628	1.628	Provisões para tributos	1.943	2.805
PERMANENTE	10.162	12.877	Provisões trabalhistas	3.168	1.564
Investimentos	995	1.008	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.337	39.727
Participação no IRB	518	645	Capital social - nacional	15.000	15.000
Outros	1.291	1.177	Aumento de capital em aprovação	7.433	7.433
(-) Provisão para desvalorização	(814)	(814)	Reserva de capital	451	337
Imobilizado	8.320	9.663	Reserva de reavaliação	1.594	2.855
Imóveis	11.223	14.814	Reservas de lucros	1.671	1.594
Bens móveis	2.429	2.447	Lucros acumulados	13.188	12.508
Outros	106	106	TOTAL DO PASSIVO	115.776	114.557
(-) Depreciação	(5.438)	(7.704)			
Diferido	847	2.206			
TOTAL DO ATIVO	115.776	114.557			

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2000 E 1999 (Em milhares de reais)

	Capital realizado	Aumento de capital em aprovação	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva Legal	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999	15.000	7.433	337	1.549	1.585	11.480	37.384
Incentivos fiscais	-	-	114	-	-	-	114
Realização de reservas de lucros e reavaliação	-	-	-	(70)	-	70	-
Ajuste de imposto de renda diferido - reavaliação	-	-	-	115	-	-	115
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	1.724	1.724
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	86	(86)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2000	15.000	7.433	451	1.594	1.671	13.188	39.337
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998	15.000	7.433	337	3.374	1.502	10.238	37.884
Realização de reservas de lucros e reavaliação	-	-	-	(519)	-	519	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	1.843	1.843
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	92	(92)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 1999	15.000	7.433	337	2.855	1.594	12.508	39.727

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2000 E 1999 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Trevo Banorte Seguradora S.A. é uma empresa integrante do Sistema Financeiro Bandeirantes, que tem como objetivo social, principalmente, a comercialização de seguros dos ramos elementares, vida e planos previdenciários, na forma de renda e pecúlio.

2. EVENTO SUBSEQÜENTE

Em 03 de julho de 2000 foi divulgado que o acionista majoritário do Banco Bandeirantes S.A. (controlador da sociedade), a Caixa Geral de Depósitos S.A., a Unibanco Holdings S.A. e o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. assinaram uma Carta de Intenções, por meio da qual estabeleceram as bases para associação estratégica no mercado brasileiro.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) **Resultado das Operações:** O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices ou taxas oficiais. Os prêmios de seguros, contabilizados por ocasião da emissão das apólices/faturas, são registrados como prêmios emitidos. A receita correspondente é diferida pelo prazo de vigência das apólices/faturas de seguros, por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos e de riscos decorridos, as quais são calculadas com base na retenção líquida dos prêmios emitidos. As comissões e outros custos de angariação também são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices/faturas e refletidos no saldo de despesas de comercialização diferidas.

b) **Receitas de contribuições previdenciárias:** Apropriadas em resultado por ocasião do efetivo recebimento.

c) **Aplicações:** As aplicações em títulos de renda fixa estão apresentadas pelo valor investido, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações em cotas de fundo de investimentos imobiliários são atualizadas de acordo com o valor da cota na data do balanço. Os títulos de renda variável são registrados pelo valor de aquisição, sendo constituídas provisões para desvalorizações quando o valor de mercado for inferior ao contábil.

d) **Ativos e Passivos Circulantes e de Longo Prazo:** Demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, reconhecidos em base "pro rata" dia. Os rendimentos e encargos prefixados são demonstrados como redução dos ativos e passivos a que se referem. Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou provável de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis, com vencimento em até 12 meses, são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

e) **Investimentos:** Os investimentos são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

f) **Imobilizado:** Registrado pelo valor de aquisição, com exceção dos imóveis, que inclui acréscimos oriundos de reavaliações. As depreciações são calculadas pelo método linear, a taxas anuais de 4% para imóveis, 10% para equipamentos, móveis e utensílios e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados.

g) **Diferido:** Registrado pelos valores originais e amortizado no prazo de cinco anos.

h) **Sinistros a Liquidar:** A provisão para sinistros a liquidar é calculada por estimativa, com base nos avisos de sinistros recebidos, líquidas de recuperações por cosseguros e resseguros cedidos.

i) **Provisões Matemáticas e Benefícios a Conceder:** Representam o valor das obrigações assumidas sob a forma de planos de renda e pecúlio, determinadas mediante cálculos atuariais pelo regime financeiro de capitalização, conforme parecer de atuário independente. Os encargos financeiros sobre as provisões matemáticas de benefícios a conceder, no montante de R\$ 13 (R\$ 1 em 1999), estão sendo apresentados na rubrica "Despesas financeiras", nos termos da Circular SUSEP nº 7, de 11 de julho de 1999.

j) **IBNR:** A provisão para sinistros ocorridos e não avisados, foi calculada com base em Nota Técnica elaborada por atuários independentes. A Resolução CNSP nº 18/98 admitiu que essa provisão fosse constituída gradativamente, sendo no mínimo 50% até 31 de dezembro de 1999 e os 50% restantes até 31 de dezembro de 2000. Esta sociedade optou, em 31 de dezembro de 1999 pela constituição integral da provisão.

k) **Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente a R\$ 240. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 12% para janeiro e 9% a partir de fevereiro de 2000 (1999 – 8% até abril e 12% a partir de maio). São constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

5. APLICAÇÕES

As aplicações, em 30 de junho de 2000 e 1999, estavam assim representadas:

	2000	1999
Títulos de renda fixa – privados	7.504	207
Certificados de Depósitos Bancários	-	207
Fundo de Investimento Financeiro	7.504	-
Títulos de renda fixa – públicos	46.952	44.614
Letras Financeiras do Tesouro	46.952	35.887
Notas do Tesouro Nacional	-	8.727
Provisão para desvalorização	(24)	-
Títulos de renda fixa – públicos	(24)	-
Outras aplicações	631	5.299
Cotas de fundo de investimentos imobiliários	473	4.587
Outras	158	712
Total	55.063	50.120

Em 30 de junho de 2000 e 1999, estavam assim representados:

	2000	1999
Adiantamentos a corretores	2.002	1.546
Sinistros em processamento	967	459
Convênio DPVAT	311	481
Outros	634	613
Total	3.914	3.099

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Referem-se, basicamente, em 30 de junho de 2000 e 1999:

	2000	1999
Imposto de renda a compensar	1.269	1.578
Contribuição social a compensar	2.057	2.023
Antecipação de imposto de renda	2.032	1.780
Antecipação de contribuição social	603	630
Créditos tributários de impostos s/ adições temporárias	2.413	797
Outros	22	24
Total	8.396	6.832

8. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS

As movimentações das despesas de comercialização diferidas podem ser assim resumidas:

	2000	1999
Saldo inicial	11.155	22.641
Ajuste à tarifa referencial	(1.314)	2.326
Comissões e outras despesas do semestre	9.641	6.682
Amortizações	(9.698)	(13.195)
Total	9.784	18.454

9. IMOBILIZADO

	2000	1999
Imóveis:		
Terrenos	2.392	6.566
Edificações	8.831	8.248
(-) Depreciações	(3.217)	(5.755)
Subtotal	8.006	9.059

Outras imobilizações de uso:

	2000	1999
Sistema de informática	1.022	1.018
Veículos	789	831
Móveis e equipamentos	616	598
Outros	108	106
(-) Depreciação acumulada	(2.221)	(1.949)
Subtotal	314	604
Total	8.320	9.663

10. DIFERIDO

Os respectivos saldos, líquidos de amortizações acumuladas, compreendem:

	2000	1999
Gastos em imóveis de terceiros	182	258
Gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas	-	198
Reorganização administrativa e/ou reestruturação e modernização de sistemas operacionais	665	1.750
Total	847	2.206

11. PROVISÕES TÉCNICAS NÃO COMPROMETIDAS

As movimentações destas provisões durante os semestres compreenderam:

	2000	1999
Saldo inicial	41.711	54.498
Prêmios retidos	46.845	45.352
Ajuste à tarifa referencial	(1.314)	2.326
Prêmios ganhos	(47.894)	(52.162)
Outras movimentações	(4)	(3.518)
Total	39.344	46.496

12. PROVISÕES TÉCNICAS COMPROMETIDAS

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2000 e 1999, a movimentação das respectivas provisões resume-se como segue:

	2000	1999
Saldo inicial	16.899	15.093
Sinistros avisados, líquidos de recuperações	33.099	34.886
Sinistros pagos	(30.282)	(35.680)
Provisão do IBNR	726	(735)
Total	20.442	13.564

Detalhamento do saldo dos principais ramos da provisão para sinistros ocorridos e não avisados – IBNR, incluso nos totais acima:

Ramos	2000	1999
Automóvel / RCF	1.711	-
Vida e Acidentes Pessoais	869	-
Demais Ramos	174	-
DPVAT – Convênio	2.526	1.284
DPVAT – Categorias 3 e 4	52	34
Retrocessões	96	-
Total	5.428	1.318

13. GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Em 30 de junho de 2000 e 1999, os bens e direitos vinculados à SUSEP, em garantia de provisões técnicas, compõem-se como segue:

	2000	1999
Direitos creditórios por fracionamento de prêmios	13.232	12.658
Depósitos especiais no IRB	-	789
Títulos de renda fixa – privados	7.504	-
Títulos de renda fixa – públicos	43.881	43.075
Cotas de fundo de investimentos imobiliários	473	3.305
Total	65.090	59.827

14. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2000	1999
Dividendos a pagar/juros s/ capital próprio	8	8
Provisão para pagamentos a efetuar	356	503
Cheques emitidos e não compensados	2.271	2.863
Total	2.635	3.374

15. CONTINGÊNCIAS

A Trevo Banorte Seguradora vem questionando a legalidade de certos impostos e contribuições, bem como respondendo a diversos processos nas esferas trabalhista e cível, para os quais existem depósitos judiciais efetuados, registrados na rubrica "Depósitos judiciais" no realizável a longo prazo. No exercício findo em 31 de dezembro de 1999, a seguradora procedeu a reversão da provisão relativa ao passivo contingente sobre isonomia de diferenças de alíquota da Contribuição Social aos anos calendário de 1997 e 1998, as quais estão sendo questionadas judicialmente. Tal reversão está fundamentada em parecer dos consultores jurídicos, do 1º da Emenda Constitucional nº 20. O seu efeito foi de R\$ 233. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados nas rubricas "Provisões para tributos" e "Provisões trabalhistas", no exigível a longo prazo, são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais. Durante o 1º semestre de 1999, utilizando-se a prerrogativa da Lei nº 9.779 de 09 de janeiro de 1999, os questionamentos judiciais relacionados ao Programa de Integração Social – PIS, foram liquidados no montante de R\$ 848.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 196.736.025 ações ordinárias, sem valor nominal. O estatuto prevê a distribuição obrigatória de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício